



Em defesa do Serviço Público

Nos últimos 30 dias muito se tem debatido sobre o retorno à greve dos trabalhadores dos Institutos Federais de Educação e do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, suspensa no mês de novembro. Os parcos ganhos obtidos pelo movimento paredista, como incorporação da Gratificação Específica de Atividade Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (GEBDT) ao vencimento básico (VB) e a reposição salarial de 4% sobre o vencimento básico não se fizeram realidade. Passados mais de quatro meses da suspensão da greve, o Projeto de Lei enviado pelo governo federal ao Congresso

Nacional caminha em passos de tartaruga. Culpa da burocracia congressual, do descompromisso com a educação pública ou simplesmente, falta de interesse político?

A Mesa Nacional de Negociações que tinha por meta rever as carreiras docentes da Educação Superior e da Educação Básica, Técnica e Tecnológica, que deveria ter seus trabalhos encerrados no final do mês de março também não avançou. Desta feita, a justificativa é o falecimento do ex-secretário de recursos humanos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e

Gestão (MPOG), Duvanier Paiva. Retomadas as negociações, ficou pactuado que os trabalhos da Mesa Nacional de Negociações devem estar concluídos ao final do mês de maio. A quebra do acordo que pôs fim a greve, por si só, já se constitui em motivo para retomarmos a greve.

Dada à truculência do governo federal, os técnicos administrativos não foram aquinhoados com essa reposição de 4%, que sequer repõe as perdas inflacionárias do ano de 2010. Segundo o ex-secretário do MPOG, reajuste só deveria ocorrer no ano de 2013.

Privataria ataca Previdência Social

Nesse intere, o governo federal fez aprovar no Congresso Nacional, em regime de urgência, sem que se realize um amplo debate com a sociedade, a reforma da previdência pública social. Instituiu as fundações de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (FUNPRESP) que prevê a implantação de três fundos independentes de previdência complementar para os servidores federais dos três poderes: FUNPRESP-EXE (Executivo), FUNPRESP-LEG (Legislativo) e a FUNPRESP-JUD (Judiciário). A institucionalização desses fundos representa a maior privatização de um bem social já realizada em toda a história do Brasil, quebrando o compromisso inalienável entre o

presente e o futuro que une as diferentes gerações de trabalhadores. Os contribuintes não terão qualquer garantia que receberão seus proventos após a aposentadoria, uma vez que as fundações se regerão pela lógica do mercado, aplicando seus recursos nos mercados de capitais. Enganam-se aqueles que pensam que as alterações no regime de previdência pública atingirão tão somente os novos trabalhadores. Como a previdência funciona em regime de solidariedade, na qual os atuais trabalhadores sustentam aos aposentados, a tendência é que à medida que forem se aposentando e/ou migrando para o novo sistema, a previdência pública tenha sua base reduzida, tornando-se cada vez mais deficitária. O que por si

só possibilitaria ao governo conceder reajustes a uns e não a outros, além de possibilitar ao governo justificar reformas futuras que aniquilem ainda mais direitos dos servidores públicos federais.

A desconstituição da previdência social vem acompanhada da privatização dos hospitais universitários, da ameaça de congelamento dos salários dos servidores públicos por dez anos e pela instituição da avaliação de desempenho, o que possibilitaria a demissão. Como os servidores públicos não têm acesso ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS), quebra-se com as bases de sustentação do serviço público no Brasil.

Criminalização dos Movimentos Sociais

Se esse quadro de desmonte não bastasse, em breve estará vigorando a Lei Geral da Copa para o Rio+20, Copa das Confederações e Copa do Mundo. Uma vez aprovada, estará proibida toda e qualquer manifestação ou greve três meses antes e depois da realização de tais eventos, sob as ameaças de penas absurdas a serem impostas àqueles que desafiarem a lei. Na prática serão criminalizados todos os movimentos sociais e de

trabalhadores nos anos de 2013 e de 2014. É como se estivéssemos voltando aos idos do governo Washington Luís (1926-1930), quando este sentenciou: "A questão social é um caso de polícia".

Reafirmamos que somos contra qualquer reforma que subtraia direitos dos trabalhadores e defendemos a retirada imediata dos projetos de lei, medidas provisórias e decretos contrários aos interesses dos servidores públicos.

Breves

Interessados

Professores da Escola de Aprendizes Marinheiros visitaram, no dia 16 de abril, a sede do Sindicato. Eles pleiteiam filiação junto ao SINDSIFCE. Para tal faz-se necessário alterar o Regimento do Sindicato.

Mobilização

Universidades começam a se mobilizar e apontar indicativo de greve para dia 15 de maio.

ADUF-PB: <http://migre.me/8Lxhd>

ADUF-PA: <http://migre.me/8Lxig>

ADUFU: <http://migre.me/8Lxjj>

ADUF-ES: <http://migre.me/8Lxk1>

Serviço público clama por qualidade: campanha salarial 2012:

Os servidores públicos compõem a única categoria de trabalhadores que não tem direito a data base, que obrigue seus empregadores a lhes repor as perdas inflacionárias anuais. Sem esse direito, somos obrigados a recorrer a movimentos paredistas, sob pena de vermos corroído nosso poder aquisitivo. Para os mais desavisados, lembramos que não existe serviço público de qualidade (educação, saúde, segurança etc.) sem que seus profissionais sejam bem remunerados.

Frente à ameaça de passar mais um ano sem qualquer reajuste salarial, os trabalhadores ameaçam deflagrar uma greve geral do serviço público federal envolvendo suas três esferas: Executivo, Legislativo e Judiciário. Dentre as reivindicações protocoladas junto ao MPOG estão: a definição do dia 1º de maio como nossa data base; política salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações; reajuste vertical para toda a

categoria de 22,8%; cumprimento por parte do governo dos acordos e protocolos de intenções firmados; paridade e integralidade entre servidores ativos, aposentados e pensionistas, além de reajuste dos benefícios.

Como parte da mobilização da categoria a plenária dos sindicatos nacionais dos servidores federais deliberou o dia 25 de abril como um Dia Nacional de Luta. Esse dia funcionará como uma espécie de laboratório para verificarmos a disponibilidade de luta da categoria. Após sua realização ocorrerão plenárias de cada sindicato nacional e uma de todos os sindicatos dos trabalhadores do serviço público federal para analisar a conjuntura e deliberar pela deflagração ou não da greve geral.

Os trabalhadores do Instituto Federal do Ceará são cômicos de que tudo o que conquistamos em termos salariais foi proveniente das greves realizadas no passado, tais como: a incorporação da

Gratificação de Atividade Executiva (GAE), paga aos servidores do Poder Executivo, a extensão da GEBDT aos aposentados. Lembramos ainda que graças as nossas lutas e mobilizações é que foi retomada a modalidade de ensino médio integrado no âmbito da Rede Federal de Educação Básica, Técnica e Tecnológica. Daí a conclamarmos a comunidade da instituição ifceana para refletirmos sobre a importância de estarmos engrossando a luta dos servidores públicos federais.

Sabemos das dificuldades de mobilização, visto que na maior parte dos campi, os docentes e discentes se encontram de férias. Há ainda as unidades que retornam suas atividades no próximo dia 23, sem que haja tempo suficiente para divulgarmos assembleias para deliberarmos sobre o Dia Nacional de luta. Assim, conclamamos que se engajem nas mobilizações que ocorram em diferentes órgãos públicos em cada cidade. Afinal, a nossa luta é uma só.

A luta pede coragem...

Nasce o SINDSIFCE INFORMA, o boletim informativo do SINDSIFCE



SE UNIR O BICHO SOME!



Mais uma das ações da Nova Diretoria, a criação do Boletim: SINDSIFCE INFORMA que chega a sua segunda edição.

O Boletim foi concebido para ser um mecanismo de comunicação rápida e deverá ser produzido sempre que alguma decisão importante for tomada dentro da Diretoria.

Desta forma, a Nova Diretoria acredita que a falta de comunicação será sanada. Além disso, em breve estaremos abrindo espaço para aqueles que queiram produzir conteúdo,

informando a situação de seu campus bem como todos os acontecimentos relevantes, para o boletim.

Para receber o boletim diretamente em seu email e ficar sempre atualizado sobre as ações do Sindicato, basta que você atualize seu cadastro adicionando seu email (ou alterando, caso tenha mudado).

Acesse já um dos grupos de discussão e fique sempre atualizado. Repasse esse boletim a todos aqueles que ainda não receberam.

Grupos de Discussão

Outra das deliberações da Nova Diretoria foi a criação de grupos de discussão para agilizar a comunicação entre o Sindicato e os campi do IFCE.

Devido a dinamicidade de um grupo de discussão, onde uma mensagem postada chega no email de todos quase que instantaneamente, a Nova Diretoria acredita que a comunicação entre Sindicato e os campi se tornará mais ágil.

Devido as especificidades de cada campus, estamos criando um grupo individual para cada um. Deste modo, a Nova Diretoria acredita que as discussões relevantes a cada

campus poderão ser realizadas sem impactar em discussões mais gerais ou de outros campi.

Até o presente momento, temos grupos criados para os seguintes campi: Acaraú, Aracati, Baturite, Canindé, Cedro, Limoeiro do Norte e Maracanaú.

Para acessar os grupos e solicitar credenciamento (caso você não tenha sido convidado ainda), basta acessar o endereço:

<https://groups.google.com/forum/?hl=pt&fromgroups#!forum/ifce-campus>, onde campus é um dos citados acima (com o nome escrito todo em minúscula e sem acento).

Breves

Biblioteca ONLINE

Em conversa em rede social com professor, estudante concorda que deveria existir um sistema integrado de bibliotecas no IFCE com renovação online de livros, empréstimos de 14 dias e possibilidade de pegar livro em qualquer campus.

FUNPRESP

O Fundo privado de previdência foi discutido no 26 CONSINASEFE em Brasília, em palestra realizada pela professora Lucieni Pereira da Silva, auditora Federal de Controle Externo e diretora do Sindilegis. Em breve, o Sindicato estará levando esta discussão às bases.

Gestão: Sindicalismo Combativo e Independente

Coordenador Geral de Formação Política e Relação Sindical: Venício Soares; **Secretário de Política Sindical:** David Moreno; **Secretário de Política de Pessoal:** Diego Gadelha; **Secretário de Organização dos Campi:** Daniel Pinheiro; **Coordenador Geral de Administração, Finanças e Patrimônio:** Raimundo Nonato; **Secretário de Finanças:** Moacir Caldas; **Secretário de Assuntos Jurídicos:** George Harrison; **Coordenador Geral de Comunicação:** Inácio Alves; **Secretário de Imprensa e Divulgação:** Lourival Filho; **Secretária de Assuntos Estudantis, Culturais e Desportivos:** Fabiana Lima;

SUPLENTES

Francisco Thiago; Geraldo Venceslau; Guttenberg Ferreira; Marcelo Marques; Maria Ozirene; José Willian; Paulo Hyder